

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO, EDUCAÇÃO
E INCLUSÃO ESCOLAR – UAB/UnB**

A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM IMPLANTE COCLEAR

IZABEL DOS SANTOS MEDEIROS

ORIENTADORA: FATIMA ALI ABDALAH ABDEL CADER NASCIMENTO



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS



IZABEL DOS SANTOS MEDEIROS

A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM IMPLANTE COCLEAR

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão, da Faculdade UAB/UNB - Pólo de Formosa Goiás. Orientadora: Dr^a Fatima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento

TERMO DE APROVAÇÃO

IZABEL DOS SANTOS MEDEIROS

A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM IMPLANTE COCLEAR

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UnB. Apresentação ocorrida em 30/04/2011.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

Dr^a Fatima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento (Orientador)

Ms. Patrícia Cristina Campos Ramos (Examinador)

Izabel dos Santos Medeiros (Cursista)

BRASÍLIA/2011

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus que nos deu o dom da vida; a mãe e à criança que, maravilhosamente, concederam a honra de colaborar com a pesquisa aqui apresentada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade de Brasília, pela oportunidade de crescer profissionalmente;

À professora Fátima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento por suas sugestões de leitura e acompanhamento;

A meu filho e as todas as crianças com deficiência com quem já tive a honra de trabalhar;

A Unidade Escolar, a professora, monitora e demais da equipe que me acolheram nesta pesquisa;

Em especial a mãe e ao aluno aqui pesquisado por seu carinho e atenção sempre que solicitados;

E a Deus por seu cuidado e direção.

RESUMO

O presente trabalho trata dos processos e mecanismos que permeiam o processo de ensino e aprendizagem de um aluno surdo com implante coclear na rede regular. Para tanto desenvolvemos um estudo em pesquisa bibliográfica em obras de renomados autores e pesquisa de campo, com enfoque qualitativo, durante um período de quatro meses, participaram desse estudo um aluno surdo com implante coclear, sua mãe, uma professora, uma monitora, e um representante do administrativo escolar. O aluno é do sexo masculino, tem 10 dez anos de idade, esta matriculado no 4^o ano do Ensino Fundamental. Utilizou-se como instrumento de pesquisa roteiro de entrevista, os resultados obtidos com o estudo evidenciaram informações importantes para a compreensão do contexto educacional de inclusão em que a criança foco desta pesquisa está inserida os dados obtidos permitem concluir que o participante desse estudo, implantado, adquiriu a capacidade do uso da linguagem oral e escrita; embora precise de determinadas adaptações, tanto no que se refere aos recursos pedagógicos quanto à prática do professor em sala de aula. Adquirindo uma inclusão com qualidade.

Palavras-chave: Surdez. Implante coclear. Aprendizagem. Inclusão

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	09
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
1.1 Aspectos sociais da surdez.....	11
1.1.1 A inclusão escolar de alunos surdos.....	15
1.2 O atendimento educacional à criança surda.....	21
2. OBJETIVOS.....	22
3. METODOLOGIA.....	22
3.1 Contextos da Pesquisa.....	23
3.2 Participantes.....	24
3.3 Recursos materiais.....	26
3.4 Instrumentos de Construção de Dados.....	26
3.5 Procedimentos de Construção de Dados.....	26
3.6 Procedimentos de Análise de Dados.....	27
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	28
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
REFERÊNCIAS.....	37
APÊNDICES.....	39
ANEXO.....	53
 LISTA DE QUADROS	
Quadro 01:Diagrama do ouvido.....	18
Quadro 02:Dispositivo da unidade interna do implante coclear.....	19

Quadro 03: Dispositivo da unidade externo do implante coclear.....	20
Quadro 04:foto do aluno com aparelho Sprit Nuclers 24.....	25
Quadro 05: Presença de alunos AEE na escola.....	30
Quadro 06: Quantidade de professores e servidores administrativos.....	30
Quadro 07: Presença de alunos AEE na turma do aluno com implante coclear....	32
Quadro 08: Transtornos e deficiência dos alunos AEE da turma.....	33

LISTA DE SIGLAS

D.A. – Deficiência Auditiva

DRE – Diretoria Regional de Ensino

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

MEC – Ministério da Educação

AEE – Atendimento Educacional Especializado

SEEDF – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal

TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade

TC- Transtorno de Conduta

APRESENTAÇÃO

O ensino para indivíduos com deficiência auditiva, assim como para os sensoriais, físicas, cognitivas, raciais, culturais, passa pela aplicação adequada de uma política de inclusão que atenda as peculiaridades das pessoas em suas singularidades, no caso dos surdos a questão da comunicação.

A comunidade dos surdos possui características fisiológicas, comportamentais, sociais e culturais distintas das pessoas ouvintes. Esses aspectos precisam ser considerados pela sociedade e pelas políticas educacionais. É necessário compreender que o processo do ensino e aprendizagem de um indivíduo surdo necessita de adequações as condições do acesso a informação. O currículo, as disciplinas, o acesso aos conteúdos devem ser viabilizados. Para tanto, faz-se necessário fomentar políticas de inclusão voltadas para o completo atendimento das reais necessidades dos indivíduos surdos.

A criança surda tem, a priori, as mesmas habilidades e competências iniciais de uma criança ouvinte e, desde que passe por processos motivacionais adequados às suas condições e realidades, pode perfeitamente adquirir a habilidade de escrita e leitura destas. Para que isso ocorra, faz-se necessária a utilização de métodos e estratégias específicos para os indivíduos surdos, como a iniciação do processo comunicativo na Língua Brasileira de Sinais, aparelhos de amplificação, implantes como forma de se alcançar o domínio pleno da comunicação; e fazer com que esse domínio se traduza em competência para ler e escrever.

Além disso, é premente que se conheçam as causas e as possíveis soluções para o problema da surdez, assim como as leis que sugerem a acessibilidade, o acesso a tecnologia de comunicação de alto e baixo custo, entre outras. Essas informações constituem o alicerce de uma prática pedagógica voltada para a verdadeira inclusão e a conseqüente participação dos surdos na sociedade. Daí surge à seguinte problemática: no Brasil, o sistema educacional público de ensino atende às necessidades educacionais dos indivíduos com deficiência auditiva? Como esta sendo o atendimento ao aluno surdo com implante coclear na rede

publica do Distrito Federal? O aluno com implante consegue acessar as informações orais veiculadas no ambiente escolar? Os ruídos do ambiente interferem na sua compreensão? Os colegas da turma são solidários ou não? Como se organiza uma sala de aula com alunos implantados?

Buscando conhecer esses aspectos realizou a presente pesquisa. A mesma teve sua gênese a ansiedade, e a necessidade, da pesquisadora - professora e mãe de uma criança com cinco anos de idade com síndrome de Weaver e com comprometimentos cognitivos e auditivos, definido como hipoacusia bilateral com limiares em torno de 40/60 decibéis diante deste quadro a pesquisadora se propôs a desenvolver esse estudo objetivando por meio da observação e de entrevista conhecer e entender o processo de ensino e aprendizagem de uma criança com deficiência auditiva com implante coclear. Além desse aspecto buscou-se conhecer os métodos, as técnicas e os procedimentos adequados ao ensino de indivíduos surdos.

A metodologia utilizada nesse estudo constitui na pesquisa bibliográfica, que, segundo Ribeiro e Sousa (2006) "consiste no exame da literatura científica para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado tema."; e pesquisa de campo, dentro do enfoque qualitativo, que conforme Romão (2005) caracteriza-se pela ida a um determinado universo buscar dados que, coletados, selecionados, tabulados e interpretados comprovarão, ou não, as hipóteses levantadas.

O trabalho se apresenta com a seguinte estrutura: fundamentação teórica, em que se apresentam os aspectos sociais da surdez, faz uma reflexão sobre a inclusão escolar de alunos surdos, definição e tipos de surdez, o implante coclear como alternativa para o problema da surdez, o atendimento educacional à criança surda, o referencial teórico é finalizado com a apresentação dos objetivos geral e específicos do presente estudo. A segunda parte consiste na descrição da metodologia da pesquisa adotado para o desenvolvimento desse estudo. Nessa parte buscou-se descrever o contexto da pesquisa, de forma a detalhar o espaço no qual realizou-se a coleta de dados. Na sequência são descritos: os participantes desse estudo posteriormente descreve-se os materiais e equipamentos que viabilizaram o estudo, bem como abordou-se os instrumentos selecionados e aplicados ao longo dos procedimentos da construção dos dados. Por fim, relata-se os procedimentos

adotados na análise dos resultados, os quais são apresentados e discutidos na sequência. Logo após consta as considerações finais.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Aspectos sociais da surdez

Entre as grandes conquistas da sociedade brasileira estão os direitos que atualmente se asseguram às pessoas com deficiência. Desse modo, o indivíduo com deficiência auditiva, assim como todos aqueles que possuem alguma deficiência física ou mental, está amparado por lei, tendo direitos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, e em outras leis decorrentes dessa. A Constituição destaca que os Constituintes a promulgaram com intuito de:

... instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar. O desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias... (Constituição da República Federativa do BRASIL, 1988, p. 07)

Sendo assim, a pessoa com deficiência auditiva deve ter assegurado o seu direito à educação como todos os outros brasileiros. Em seu art. 5º, a Constituição (1988) prevê que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza; no art. 6º diz que a educação e a saúde, entre outros, são direitos sociais assegurados a todos; o art. 205 diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho; o art. 208, § 2º, prevê que o não-oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público, ou sua oferta irregular,

importa responsabilidade da autoridade competente; por fim, no art. 227, diz que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação e opressão, entre outros males.

A Lei 10.406 de 2002, art. 2º, diz que a personalidade civil da pessoa começa no nascimento, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro; a Lei nº 7.853/89, art. 8º, prevê pena de reclusão de um a quatro anos, e multa, para quem recusar suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados de qualquer deficiência; a Lei nº 8.069/90, art. 54, diz que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

No que se refere especificamente ao cidadão com deficiência auditiva, a Lei nº 8.160/91, art. 1º, torna obrigatória a colocação, de forma visível, do Símbolo Internacional de Surdez em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas com deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos à sua disposição ou que possibilitem o seu uso.

Em relação ao contexto educacional, a Lei nº 10.436/02, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, reconhece, em seu art. 1º, a LIBRAS e outros recursos de expressão a ela associados como meio legal de comunicação e expressão.

Portanto, as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que todos os outros cidadãos e, em decorrência disso, possui direitos próprios da sua condição especial. Assim, não se justifica o não oferecimento das condições necessárias à educação, principalmente à educação escolar, aos cidadãos com deficiência auditiva. Além disso, como prevê a lei, esses cidadãos devem estudar, prioritariamente, em escolas de ensino regular, que devem contar com serviços de apoio especializados para atendê-los, por exemplo, as salas de apoio pedagógico ou de recursos que já funcionam em algumas escolas da rede

pública de ensino do Distrito Federal. Apenas nos casos em que esses cidadãos não conseguem se integrar nessas escolas é que devem estudar em escolas, classes ou instituições especializadas.

De acordo com a lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Assim, para que tenha acesso á plena cidadania, a pessoa com deficiência, nesse caso a auditiva, precisa ser alfabetizado. Por isso, de acordo com essa mesma lei (art. 4º, inciso III), os educandos com necessidades especiais deverão ter atendimento educacional especializado gratuito, preferencialmente na rede regular de ensino.

Portanto, as leis estabelecem o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino, visando à plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade: trata-se do direito à educação comum a todas as pessoas e do direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas. Obviamente, ainda é utópico acreditar que todos os cidadãos com alguma deficiência usufruem do que as leis preveem, tendo em vista o alto grau de exclusão social porque passam os grupos minoritários, entre eles os deficientes auditivos. Espera-se que a sociedade alcance um grau de desenvolvimento tal que todos os cidadãos, com deficiência ou não, tenham seus direitos atendidos; o que, por enquanto, ocorre apenas com uma minoria.

Mantoan (1997, p.p. 50-57) propõe a inclusão como um fenômeno que questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração; implicando uma mudança na perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Além disso, pressupõe não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar. De acordo com o próprio MEC (Ministério da Educação):

A educação especial, como previsto na LDB e no Dec. 3.298/99, é uma modalidade de educação escolar, que envolve um conjunto de recursos e serviços especiais objetivando garantir não só a educação formal dos educandos, mas sobretudo promover o desenvolvimento das potencialidades dessas pessoas. (BRASIL, 2001, p.24).

Seguindo esse raciocínio as escolas inclusivas propõem um modelo de construção do sistema educacional que considera as necessidades educacionais e tendo a escola que se adaptar as necessidades do educando e não o individuo se adaptar a escola. “A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os alunos que apresentam dificuldades na escola, mas apóia a todos: professor, alunos, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral”. (MANTOAN, 1997)

A presença da criança com deficiência em escolas regulares representa um avanço no que se refere à democratização do ensino, no entanto, não garante a efetivação de uma política de inclusão desses indivíduos na sociedade através da educação. A viabilização dessa situação seria necessária dar uma lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de nenhuma criança ficar fora dela. A idéia de inclusão escolar é muito mais ampla do que simplesmente permitir à criança com deficiência o acesso ao ensino regular. Para Kupfer e Petri (2000):

“A reformulação da escola para incluir os excluídos precisa ser uma revolução que a ponha do avesso em sua razão de existir, em seu ideário político pedagógico. É necessário muito mais do que uma reformulação do espaço, do conteúdo programático ou de ritmos de aprendizagem, ou de uma maior preparação do professor.” (KUPFER e PETRI, 2000, p. 112)

Portanto, não é suficiente que se amplie o número de vagas ou obrigue-se a matricular, por força de lei, as crianças com deficiência na rede regular. Faz-se necessário, isso sim, é pensar uma escola que atenda a todos indiscriminadamente e que possa ser repensada em função das novas demandas da sociedade e das necessidades e exigências do aluno especial.

No entanto, mesmo com dificuldade, muitos docentes já começam a exercitar uma prática pedagógica no sentido, não de suprir as necessidades clínicas e terapêuticas dos alunos surdos, mas de aprimorar sua capacidade de identificar as dificuldades dos alunos especiais, visando à eliminação das barreiras próprias das relações na escola. Reconhecem que a educação inclusiva requer uma escola aberta a todos os alunos e com qualidade para todos os alunos independente de sua condição, mas, considerando as diferenças e valorizando as diversidades. Nesse modelo de educação, não é o aluno que precisa se adaptar à escola, mas a escola e a sociedade que a concebe que necessitam se modificar para atender a demanda da diversidade humana.

Para Laprane (2004), os ideais da educação inclusiva se confrontam com a desigualdade social vigente no Brasil e em outros países em desenvolvimento e, por isso, enfrenta grandes problemas.

O “elogio da inclusão” apresenta a vantagem de arrolar argumentos para a defesa das políticas inclusivas. Mas para que seja realmente eficaz é preciso que o discurso se feche sobre si próprio, aparecendo como uma totalidade que não admite questionamentos.” (LAPLANE, 2004, p. 18)

As dificuldades das propostas de inclusão estão no fato de que, geralmente, os discursos contradizem uma realidade educacional caracterizada por superlotação de salas de aula, instalações deficientes e profissionais incapacitados para fazerem fluir o processo de inclusão. Na realidade, ainda se faz necessário uma política de educação que atenda as verdadeiras necessidades das pessoas com deficiência, entre eles os surdos, e capacite profissionais, especializando-os, para uma atuação competente no ensino de indivíduos com deficiência.

1.1.1 A inclusão escolar de alunos surdos

De acordo com o Ministério da Educação:

A construção de uma sociedade inclusiva é um processo de fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção de um Estado democrático. Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida. (BRASIL, 2001, p.14).

No entanto, para muitos indivíduos envolvidos no processo de adaptação de pessoas surdas à escola regular ainda ocorrem muitas dificuldades em relação às adaptações curriculares e estratégias em sala de aula, as quais muitas vezes excluem, do aluno surdo das atividades gerais. Em decorrência disso, segundo pesquisas realizadas no Brasil e no exterior, um número expressivo de pessoas surdas que passaram por vários anos de escolarização apresentam competência para aspectos acadêmicos muito abaixo do desempenho de alunos ouvintes. Essa situação pode ser decorrente da falta de adaptação do sistema de ensino, revelando a necessidade de medidas que favoreçam o desenvolvimento pleno desses indivíduos surdos. A história evidencia que a maioria dos alunos surdos sofreu uma escolarização pouco responsável, que não se atentou para o fato de que esse aluno não utiliza a mesma linguagem dos ouvintes e, portanto, não podem ser ensinados através de práticas pedagógicas que privilegiam a linguagem oral. Botelho (1998) e Lacerda (2000) argumentam que o aluno surdo, frequentemente, não compartilha uma língua com seus colegas e professores, estando em desigualdade linguística em sala de aula, sem garantia de acesso aos conhecimentos ministrados em sala de aula.

Para o aluno com implante coclear torna-se necessário uma adaptação do ambiente escolar, com materiais para visualização como miniaturas, desenhos, falar pausadamente, em tom não elevado e se necessário o uso de sinais, entre outros suportes.

Como verificou-se a deficiência auditiva caracteriza-se pela diminuição ou perda parcial ou total da capacidade de ouvir ou distinguir sons do ambiente. É através da audição que o indivíduo aprende a identificar e reconhecer os diferentes sons do ambiente e a se orientar em função dos mesmos. As informações que se adquirem através da audição, auxiliam em uma boa comunicação com o meio que o

cerca. Se o indivíduo tem dificuldades para ouvir a comunicação verbal fica afetada e por consequência a linguagem escrita como forma de representação da fala terá um desenvolvimento diferenciado.

Estima-se que, em cada mil crianças recém-nascidas, de 1 a 6 são pessoas com surdez; e na infância, em torno de 20 em cada mil crianças adquirem algum grau de perda auditiva. No Brasil, conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2005, s.p.), 14,5 % da população são pessoas com algum tipo de necessidade especiais; e para cada cem (100) habitantes dos países em desenvolvimento., quatro nascem surdos. No Brasil, isso representa dois por cento (2%) da população.

Com isso o interesse dos cientistas, professores e da comunidade surda em buscar uma linguagem e uma integração social adequada é de fundamental importância, tornando o mais acessível possível todos os métodos e formas para uma inclusão verdadeira e com qualidade de vida.

Uma surdez ou uma deficiência auditiva é qualquer modificação produzida tanto no órgão da audição como na via auditiva. Considerando que a surdez é uma perda, em menor ou maior grau, da percepção normal dos sons, pode-se classificar o indivíduo com deficiência auditiva em vários tipos, isso vai de acordo com a localização da lesão. Pode ser classificada como surdez mista, surdez neurossensorial e surdez condutiva ou de transmissão.

“Na surdez condutiva ou de transmissão a zona lesada situa-se no ouvido externo ou no ouvido médio, o que impede ou dificulta a transmissão das ondas sonoras até o ouvido interno.” (MARCHESI,2010,p.172)

A pessoa pode ter adquirido essa surdez com meio de perfuração do tímpano, ou má formação genética, podendo recorrer a tratamentos médicos ou cirúrgicos, pois a perda auditiva vai ao Maximo ate 60 decibéis.

“Surdez neurossensorial a área prejudicada situa-se no ouvido interno ou na via auditiva para o cérebro. Sua origem pode ser genética, por infecções ou por alterações vasculares e dos líquidos linfáticos do ouvido interno” (MARCHESI,2010,p.173)

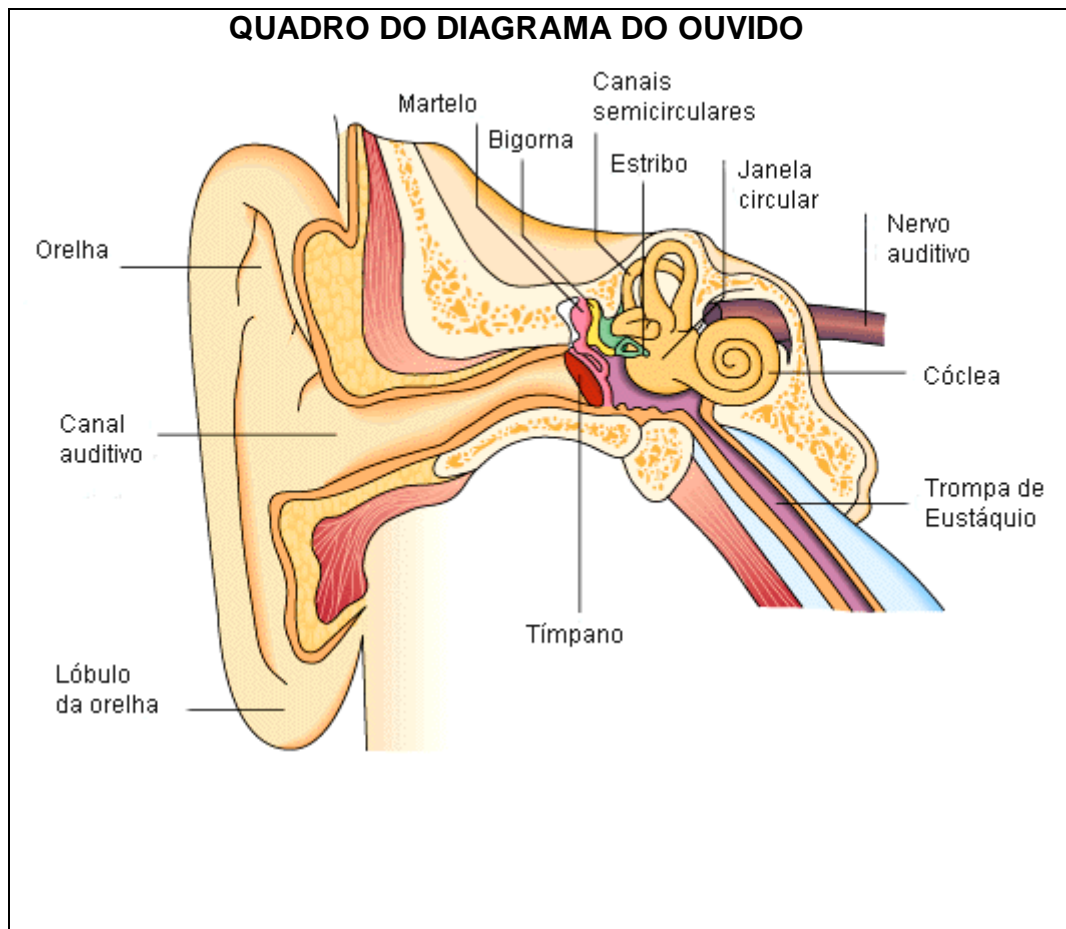


Figura 01: Quadro do diagrama do ouvido

Neste caso, o implante coclear tem sido a técnica mais revolucionária até o momento embora, alguns surdos ainda tenham receio quanto à cirurgia. Por causa de algumas seqüelas que podem ocorrer ou por acharem um desrespeito à comunidade surda, uma perda muito grande aos que não aderiram à técnica, pois essa possibilita uma abertura de possibilidades inesperadas para pessoas surdas.

Surdez mista “ocorre quando as áreas prejudicadas são tanto o ouvido interno quanto a via auditiva como o canal auditivo externo ou médio.” (MARCHESI,2010,p.173)

O tratamento neste caso pode ser tanto do modo para a surdez condutiva quanto para a neurossensorial.

A perda auditiva é avaliada por intensidade em cada um dos ouvidos em diversas freqüências há aqueles considerados surdos, que apresentam surdez profunda com perda auditiva superior a noventa decibéis, sendo privado das

informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, o que o impede de adquirir linguagem oral, surdez severa, com perda auditiva entre setenta e noventa decibéis, mas que ainda permite a identificação de alguns ruídos familiares e a percepção de sons muito fortes, podendo chegar a adquirir linguagem se receber orientação adequada, surdez media perda de quarenta a setenta decibéis e há aqueles considerados parcialmente surdos, que apresentam surdez leve, com perda auditiva de até quarenta decibéis, mas capaz de adquirir a linguagem oral; ou que apresentam surdez moderada. (MARCHESI,2010)

“O implante coclear consiste na introdução, no ouvido interno, por meio de uma operação, de um dispositivo eletrônico que transforma os sons externos em estimulação elétrica, agindo sobre as aferências do nervo coclear. Dessa forma as pessoas surdas recebem uma sensação auditiva e no melhor dos casos e mediante um lento processo de reeducação conseguem discriminar a linguagem.” (MARCHESI,2010,p.173).

O implante coclear é composto por duas partes: a unidade interna que é introduzida via operação cirúrgica, que dura em torno de 2 horas sendo que o individuo passara por alguns dias de hospitalização e cuidados posteriores serão necessários, tais como não molhar o ouvido usando tampão por alguns dias, etc. Esta cirurgia é realizada há aproximadamente 30 anos no Brasil. Ele serve para estimular as células neurais. Vide figura 02 que consta da unidade interna.



Figura 02: dispositivo interno do implante coclear

E pela unidade externa que fica exposta necessitando de cuidados exclusivos tais como: ter sempre as pilhas do aparelho recarregadas, se criança não entrar em ambientes com água com o aparelho em uso, retira-lo guardando com proteção para evitar que não ocorra danificação do aparelho, quando em atrito com ambientes magnetizados ter mais distanciamento, etc. Como mostra a figura 03 a seguir.



Figura 03: unidade externa do implante coclear

De acordo com Sleifer & Fernandes (2009) nas crianças surdas pré-linguais, o implante permite o desenvolvimento de uma percepção auditiva que poderá ser utilizada na construção da linguagem oral. Porém, o implante coclear implica uma mudança das relações da criança com o mundo externo e com seu próprio corpo, assim como uma transformação nas relações familiares e sociais, podendo gerar grande impacto no desenvolvimento psicológico da criança.

Pessoas que tem perda auditiva severa ou profunda em ambos ouvidos podem ser implantadas a partir do sexto mês de vida. A melhor idade para se realizar o implante e antes dos dois anos, adulto que perdeu a audição depois de ouvinte também pode ser implantada e normalmente o resultado é muito bom. O governo federal tem facilitado a realização do implante coclear através do apoio financeiro do SUS e do aumento do número de hospitais credenciados para realizar tais procedimentos. Para o diagnostico são necessários alguns exames entres eles estão: Audiometria completa, audiometria em campo com uso de AASI, bera, emissões otoacústicas, tomografia computadorizada e ressonância magnética.

Podendo ser colocado em ambos os ouvidos e nos dois ao mesmo tempo, mas infelizmente em nosso país, isso não é muito comum, pois o SUS não contempla a realização do implante bilateral.

Os benefícios para quem faz o implante coclear são inúmeros, a literatura atual aponta que os riscos da cirurgia são raros e os mesmos de qualquer cirurgia de ouvido, entre eles existe a possibilidade de paralisia facial, dificuldade de equilíbrio, presença de zumbidos.

Diante dessas posições, não podemos menosprezar uma técnica que permite as pessoas surdas melhorarem significativamente sua capacidade de compreensão da linguagem.

1.2 O atendimento educacional à criança surda

A Declaração de Salamanca (1994) sugere uma proposta de inclusão para todos de maneira que todos tenham igualdade de oportunidades sempre que possível em ambientes integrados levando sempre em conta as diferenças e situações individuais, em especial os surdos por suas necessidades particulares de comunicação devendo ser utilizada a Língua Brasileira de Sinais sempre que possível em escolas de ensino regular.

Para um bom atendimento educacional aos indivíduos surdos, alguns sistemas de ensino, entre eles o Sistema Público de Ensino do Distrito Federal, têm implantado Escolas Inclusivas. Essas escolas inclusivas oferecem apoio ao aluno surdo por meio do professor capacitado, professor itinerante; professor ouvinte e professor surdo para apoio; professor intérprete educacional. Além desses apoios há também o reconhecimento da necessidade de adequações curriculares e redução do número de alunos na composição das turmas regulares que atendem a alunos surdos. Associado a essa organização há também diferentes modalidades de ensino: classe de educação bilíngue e unidade especial.

No caso da classe de educação bilíngue é utilizada a língua brasileira de sinais e a modalidade de linguagem oral de língua materna, além das atitudes já

expostas, propõem-se também unidades especiais para educação infantil e alfabetização e sala de recursos para atendimento complementar específico e apoio pedagógico à classe comum.

2. OBJETIVOS

- Geral

- Analisar se o sistema educacional público de ensino atende às necessidades educacionais dos indivíduos com deficiência auditiva

- Específicos

- Observar a atuação pedagógica dos professores no trabalho de inclusão do aluno com implante coclear;
- Avaliar o grau de aceitação do aluno com implante coclear pelos colegas de turma;
- Conhecer o cotidiano do aluno com implante coclear no ambiente escolar;
- Verificar o aproveitamento educacional de um aluno com implante coclear em uma escola inclusiva.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou da pesquisa bibliográfica, que para as Ribeiro e Sousa (2006) “consiste no exame da literatura científica, para levantamento e análise do que já se produziu sobre determinado tema.”; e da pesquisa de campo dentro do enfoque qualitativo, porque se acredita que seja um dos meios mais

eficazes para que se tenha uma visão clara, objetiva e de acordo com o contexto em que se insere a problemática. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 13)

Tais autores concordam que um projeto de pesquisa se organiza com a intenção de organizar um processo inter-relacionado e integrado do teórico e do prático.

A pesquisa de campo realizou-se em uma escola pública de Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Distrito Federal que possui 489 alunos, nos turnos matutino e vespertino; sendo 41 com necessidades especiais, porém apenas um com implante coclear.

A pesquisa de campo teve início com a mãe da criança, que respondeu a questionários e roteiros de entrevistas que buscava compreender como foi o processo de descoberta da deficiência de seu filho, o período de luto e a inclusão desta na sala de aula regular.

No segundo momento, realizou-se uma entrevista com um servidor administrativo da escola para se conhecer um pouco da instituição na qual o aluno está inserido, seguida da observação do ambiente escolar. Posteriormente, realizou-se uma entrevista com a professora, acompanhada da monitora da Unidade, visando a entender como se dá a inclusão da criança em sala e quais são as adaptações necessárias e realizadas no ambiente escolar, especialmente na sala de aula, visando à adaptação do aluno com implante coclear.

Por último, promoveu-se uma conversa com a criança, com a finalidade de saber como ela vê o implante coclear, seus colegas, seus professores e sua escola.

Após a coleta dos dados realizou-se a análise dos mesmos, traçando um paralelo entre estes e o referencial teórico.

3.1 Contexto da Pesquisa

A coleta dos dados aconteceu em uma instituição pública no Distrito Federal localizada na Asa Norte. A Unidade atende alunos do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental, funcionando no turno matutino com 10 salas de aula e no vespertino com nove salas. Atualmente, há 489 alunos matriculados, sendo 41 alunos com necessidades educativas especiais. A equipe é formada por, além da equipe gestora, 35 professores e 16 servidores administrativos e de apoio. A estrutura física, além das salas de aula, é composta por um laboratório de informática, uma sala de professores, uma cantina, seis banheiros sanitários - nenhum adaptado - e rampas de acesso nas entradas da escola e em algumas salas de aula. Entre os recursos didático-pedagógicos aparelho de TV, aparelho de DVD, caixa amplificadora, aparelho de som, mapas, copiadora, data show, microfone, computador, retroprojetor, antena parabólica e muitos jogos pedagógicos.

3.2 Participantes

Participaram da pesquisa quatro pessoas: a professora da criança pesquisada, uma monitora, a mãe da criança e a própria criança, que tem o implante coclear. A professora tem formação inicial em magistério com graduação em História, atua quinze anos no exercício do magistério; sendo a 10 SEEDF: embora atue a dois anos no ensino especial, é a primeira vez que tem um aluno implantado. A monitora da escola possui curso superior em direito e, embora atue na educação desde fevereiro de 2010, nunca tinha trabalhado com criança AEE.

A mãe tem formação em contabilidade e atua no exercício da profissão; essa criança é seu primeiro filho, mas não é o primeiro caso de surdez na família.

O aluno tem 10 anos de idade, sendo filho de pais separados, mora com a avó e a mãe, que se encontra no quinto mês de gravidez do seu segundo filho, O diagnóstico de surdez da criança foi feito aos dois anos e nove meses de idade, após sua mãe insistir com médicos sobre a falta de resposta a estímulos auditivos de seu filho, foram realizados exames genéticos, mas sua surdez não estava relacionada a este fator, as causas não foram esclarecidas, mas a criança desde o nascimento apresentava um desenvolvimento que precisava de acompanhamento, pois frequentemente tinha convulsões e necessitou de uso de medicação e acompanhamentos específicos. Sempre frequentou escolas inclusivas e faz acompanhamento em uma instituição filantrópica; O aluno pesquisado fez o implante

coclear aos 4 anos e 8 meses: como o procedimento de implante foi realizado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na orelha direita, ele precisa ir até essa cidade para fazer acompanhamento periódicos do aparelho Implante Sprit Nuclers 24. como segue na (figura 04):



Figura 04: Foto do aluno com o aparelho Sprit Nuclers 24

O diagnóstico de surdez da criança foi feito aos dois anos de idade. Sendo filho de pais separados, mora com a avó e a mãe, que se encontra no quinto mês de gravidez. Sempre frequentou escolas inclusivas e faz acompanhamento em uma instituição filantrópica.

Cursa o 4º ano do Ensino Fundamental em escola regular, utiliza da linguagem oral, mas tem conhecimento da língua de sinais e a utiliza com os amigos que não são ouvintes. Embora tenha colegas com necessidades especiais em sala, é o único com deficiência auditiva nesta escola. No que se refere especificamente ao aluno pesquisado, este conta com uma professora regente e com o apoio de uma monitora que auxilia toda a escola.

A pesquisadora tem formação inicial no magistério, graduada em pedagogia, com especialização em gestão escolar; atua na educação há onze anos, sendo a quatro pelo Município de Planaltina Goiás, possui experiência com a educação inclusiva, atuou como professora apoio de alunos AEE e como regente em turmas com alunos com necessidades especiais, possui um filho AEE.

3.3 Recursos materiais

Os materiais utilizados durante a pesquisa consistiram em folhas de papel, Xerox, caneta, enquanto os equipamentos consistiram no uso da impressora e do computador.

3.4 Instrumentos de Construção de Dados

Os instrumentos escolhidos para coleta de dados foram os roteiros de entrevista, preparados previamente: o roteiro (Apêndice D) destinado a professora foi realizado na escola sendo organizado da seguinte forma: relacionamento, adequação curricular, desempenho do aluno, comportamento.

Enquanto o roteiro de entrevista (Apêndice B) destinado ao aluno constava de questões relacionadas à sua adaptação ao ambiente escolar, relacionamento com colegas e professora, ao uso do implante coclear. Este instrumento foi aplicado na residência da criança.

Para a mãe (Apêndice A) buscou-se explorar os seguintes aspectos: histórico da gravidez, caminho que percorreu até descobrir a deficiência auditiva do filho, como conseguiu que seu filho realizasse o implante coclear, medos e expectativas.

Conforme prevê o comitê de ética na pesquisa, nos comprometemos em manter e garantir o anonimado dos participantes da pesquisa.

3.5 Procedimentos de Construção de Dados

O interesse pelo tema surgiu em 2005, quando a pesquisadora foi professora da criança ora pesquisada. Naquele ano, esta criança não escutava nem falava nada, embora utilizasse aparelho de amplificação em ambos os ouvidos. Nesse mesmo ano fez o implante coclear; o que o obrigou a ficar por um tempo afastado da escola, por causa da recuperação. Quando retornou, já ouvia alguns sons, embora ainda não estivesse educado auditivamente. No fim do ano, já falava algumas palavras. A recuperação auditiva dessa criança era impressionante, mas a pesquisadora não continuou o trabalho com ela porque precisou ser remanejada da

unidade de ensino. Após cinco anos a pesquisadora o reencontrou usando a linguagem oral com certa desenvoltura. Essa mudança significativa deixou-a curiosa; o que motivou a atual pesquisa.

Inicialmente, procurou-se a família para saber da disponibilidade da mesma na participação desse estudo, posteriormente, conversou-se com a direção, com os professores, pegou-se as assinaturas dos termos de consentimento e participação na pesquisa.

Assim, a pesquisa de campo iniciou com a mãe da criança, que respondeu a roteiros de entrevistas que buscava compreender como foi o processo de descoberta da deficiência de seu filho, o período de luto e a inclusão desta na sala de aula regular.

No segundo momento, realizou-se uma entrevista com um servidor administrativo da escola para se conhecer um pouco da instituição na qual o aluno esta inserido, seguida da observação do ambiente escolar. Posteriormente, realizou-se uma entrevista com a professora, acompanhada da monitora da Unidade, visando a entender como se dá inclusão da criança em sala e quais são as adaptações necessárias e realizadas no ambiente escolar, especialmente na sala de aula, visando à adaptação do aluno com implante coclear.

Por último, promoveu-se uma conversa com a criança, com a finalidade saber como ela vê o implante coclear, seus colegas, seus professores e sua escola.

3.6 Procedimentos de Análise de Dados

A análise dos dados foi feita de forma qualitativa, com base em depoimentos da professora da criança implantada, da mãe e de um profissional em exercício na unidade de ensino onde a criança estuda. Após a análise, os dados foram apresentados através de gráficos e transcrição fiel dos depoimentos colhidos durante a pesquisa.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

A genitora do aluno com implante foi a primeira pessoa a participar da pesquisa, realizada em sua residência por meio de roteiro de entrevista, a mesma tem formação em contabilidade e exerce a profissão.

A mãe relatou que a gestação desta criança ocorreu tudo bem, fez todos os acompanhamentos necessários durante a gravidez, não teve pressão alta, seu parto foi tranquilo, o parto vaginal cefálico foi uma gravidez não planejada.

Quando perguntada sobre a descoberta da deficiência auditiva de seu filho, a mãe relatou que:

“Percebi que ele tinha algum problema em uma tarde, ele dormia e o vento bateu a porta do quarto muito forte, ele nem assustou.”

O diagnóstico veio após muita insistência da mãe para que o médico fizesse o pedido de um exame auditivo, a família deu muita assistência.

“Ambas as famílias deram muita forças, mesmo porque nas duas tem pessoas com perda auditiva”.

A mãe relatou que seu filho começou a frequentar a escola regular com quatro anos e já quando este estava na escola realizou a cirurgia do implante coclear, foi solicitada à responsável que relatasse alguma dor ou seqüela que a criança tivesse apresentado após a cirurgia, a mesma respondeu que:

“O implante foi muito importante e muito difícil, fiz tentativas em Santa Catarina e em campinas fiquei com muito medo, mas graças a Deus meu filho não apresentou seqüelas”.

Segundo ela a criança apresenta muitos avanços, pois a mesma sequer respondia a qualquer estímulo auditivo, percebe que ele é bem aceito na escola, mas que o mesmo não gosta muito de ir pra escola, ela atribui essa falta de interesse ao excesso de atividades durante o dia.

A pesquisa com o aluno com implante coclear foi realizada por meio de roteiro de entrevista, em sua residência, quando perguntado sobre o implante coclear a criança descreveu:

“Gosto de usar o implante, porque é bom”.

No momento a criança foi perguntada sobre a escola, ele relatou que não gosta de estudar, pois tem que fazer muitos deveres, mas que gosta de uma escola anterior a esta, pois La ele podia fazer as lições e brincar.

Perguntado onde costuma sentar durante a aula a criança ele disse:

“ sento sempre na frente da sala, com um outro colega”.

Quando perguntado sobre o tratamento que recebe na escola o educando respondeu que:

“ Sou tratado por minha professora igual aos outros colegas, faço os mesmos deveres e tenho meus amigos”.

Através dessas observações pode-se inferir que a criança aqui nesta sala esta realizando as mesmas atividades que os colegas, sendo tratado como os mesmos direitos e deveres que os demais.

Quando perguntado sobre ocorrência de dores de cabeça, tonteira, náuseas ou qualquer outra dor que estivesse relacionada a possíveis seqüelas do implante ele respondeu:

“ não sinto dores”.

Isso leva a crê que a criança não possui seqüelas da cirurgia do implante coclear.

A observação do espaço físico escolar, realizada através de roteiro próprio (apêndice C), trouxe algumas informações importantes para a compreensão do contexto educacional em que a criança foco desta pesquisa está inserida. Através desse questionário constatou-se que a escola tem 489 alunos matriculados, distribuídos em 19 turmas, do 1º ao 7º ano do Ensino Fundamental, divididas em dois turnos, sendo que 41 alunos (8,38%) são alunos com necessidades especiais, conforma esta apresentado na (figura 05):

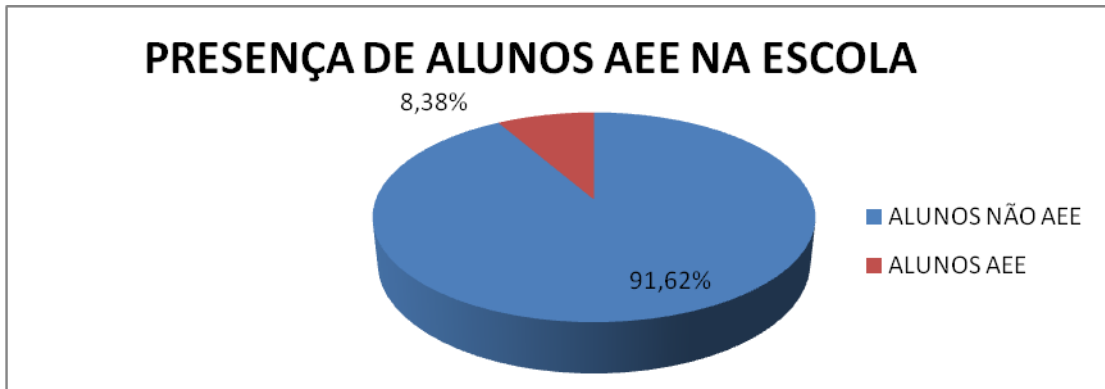


Figura 5: Presença de alunos AEE na escola.

Para educar essas crianças contam-se com, além da equipe gestora, 51 profissionais, sendo 35 professores e 16 funcionários administrativos e de apoio. Portanto, excluindo-se a equipe gestora, 68,6% dos profissionais da escola são professores, dedicados a ensinar e educar tanto as crianças sem deficiências quanto com necessidades educativas especiais. A figura 6 evidencia os dados obtidos:

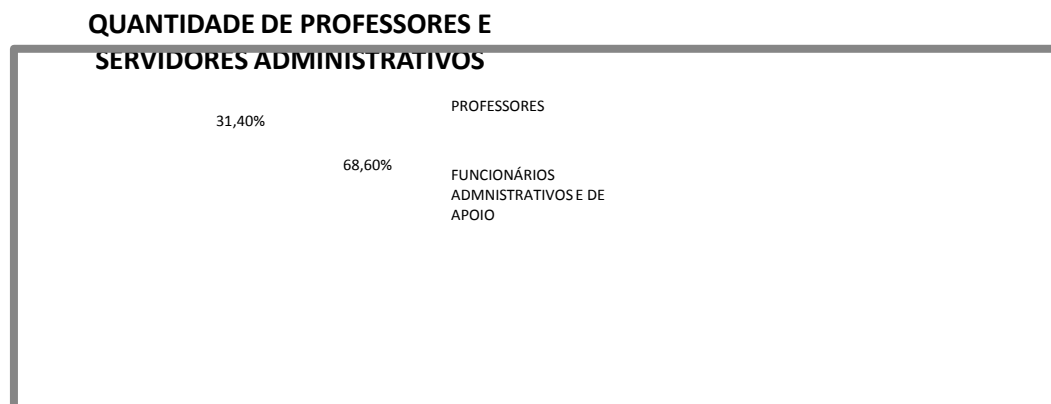


Figura 06: Quantidade de professores e servidores administrativos.

Além disso, a escola conta com treze salas de aula, laboratório de informática, biblioteca, sala de professores, sala de recursos, cantina, rampa de acesso para deficientes físicos e seis banheiros, embora nenhum seja adaptado ao uso de pessoas portadoras de necessidades especiais. Como recursos didático-pedagógicos, há na escola aparelho de TV, aparelho de DVD, caixa amplificadora de som, antena parabólica, data show, microfone, retroprojeter, aparelho de som, copiadora, mapas, computadores e diversos jogos didáticos. A escola oferta também

curso de teatro para os alunos. Isso demonstra que a escola tem condições de oferecer ensino de qualidade a todos os alunos, seja deficiente ou não.

Segundo o entrevistado, a proposta político-pedagógica da escola contempla a inclusão de crianças com deficiência, embora ele mesmo não tenha tido a oportunidade de analisá-la. Quando perguntado sobre essa questão, respondeu:

“Sim, a proposta político-pedagógica contempla a inclusão de pessoas com necessidades educacionais”.

Em relação à capacitação continuada, o mesmo declarou:

“Geralmente os professores que estão ligados aos alunos com deficiência fazem cursos de capacitação. Os demais funcionários não fazem nenhuma capacitação.”

Tais declarações explicitam a necessidade de todos os profissionais da escola, e não apenas os professores de buscar formação adequada para atuar com os alunos com deficiência. Portanto, em função dessa abordagem pode-se inferir que a escola precisa buscar cursos, informações para todo o corpo de profissionais, do administrativo aos servidores.

Segundo a proposta da educação inclusiva defendida pela Declaração de Salamanca(1994) existe a necessidade de todos os profissionais da escola, e não apenas os professores que atuam com alunos AEE, terem acesso à capacitação continuada. O que se pode perceber é que a realidade colocada por Mantoan (2003) está sendo vivenciada nessa escola apenas parcialmente, uma vez que, embora seja de suma importância, não basta ter boa estrutura física e material didático-pedagógico; faz-se necessário também investir no material humano, capacitando todos os profissionais da escola; afinal, os profissionais administrativos e de apoio de uma escola também são educadores. Complementando essa posição vamos verificar que é preciso considerar os dizeres de Kupfer e Petri, (2000, p. 112),

segundo os quais, a reformulação da escola para incluir os excluídos, precisa ser muito mais do que uma reformulação do espaço, do conteúdo programático ou de ritmos de aprendizagem, ou de uma maior preparação do professor.

A parte da pesquisa realizada com a docente que trabalha com a criança implantada revelou o seguinte quadro: a turma em que o aluno está inserido é composta por 17 alunos, sendo que 4 (23,6%) possuem necessidades educativas especiais, veja a figura 7, que ilustra esse dado.



Figura 07: Presença de alunos AEE na turma do aluno com implante coclear.

Os dados acima demonstram a preocupação com os alunos com necessidades, uma vez que, em atendimento à estratégia de matrícula para turmas inclusivas, a turma é reduzida. O fato de a redução do número de alunos na turma ter sido, segundo a professora, “*Solicitação das psicopedagogas da Diretoria Regional de Ensino*” demonstra que tanto a escola quanto a DRE têm procurado atender ao que a LDB/96, a Declaração de Salamanca (1994) e o MEC/SEESP (2001) preconizam.

Ainda segundo a docente, dois (50%) dos alunos especiais da turma tem Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, um (25%) Transtorno de Conduta e um (25%) Deficiente Auditivo. (figura 08):

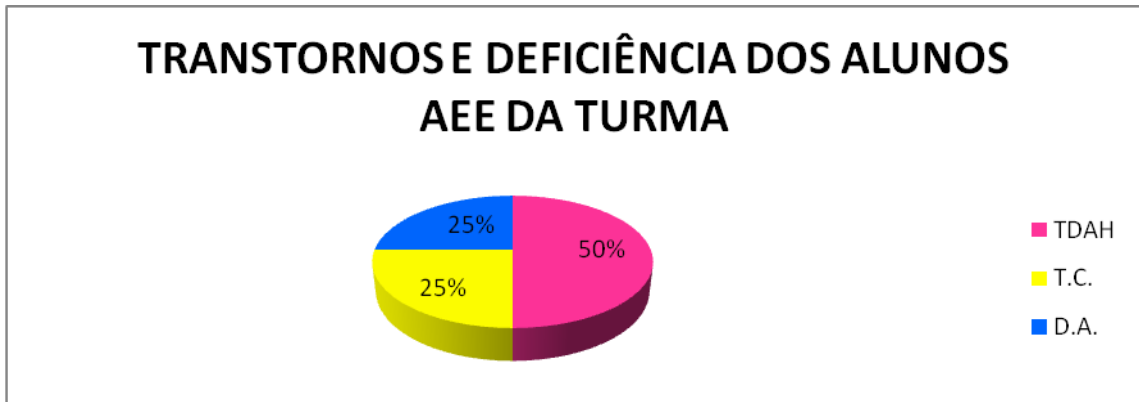


Figura 08: Transtornos e deficiência dos alunos AEE da turma.

Isso mostra que, embora existam outros alunos AEE na turma, a professora consegue ensinar e educar o aluno com implante: tarefa que é facilitada pelo fato de que ela teve outra experiência com criança que possui implante coclear:

“Fui coordenadora em outra escola que tinha alunos Deficientes Auditivos com implante coclear”

Os dados levam à constatação de que é preciso conhecimento, treinamento e experiência para trabalhar com uma criança com deficiência auditiva, inclusive a que possui implante coclear.

A presença de um aluno com implante coclear na sala de aula, de acordo com palavras da própria docente, pouco altera sua prática pedagógica, embora os objetivos educacionais para esse aluno sejam distintos dos objetivos dos demais, uma vez que ele não consegue acompanhar as atividades junto com os colegas e, às vezes, se faça necessário um acompanhamento individual porque o aluno com implante coclear precisa de uma explicação a mais:

“É normal, fazendo as adaptações necessárias; faz com ele as mesmas atividades, coloca sempre na frente, faz atividades mais curtas... Procura sempre colocar o aluno próximo ao professor, orienta os colegas a falar em tom mais baixo...”

No que se refere à aprendizagem, segundo a professora, o aluno com implante coclear apresenta defasagem em relação aos outros:

“...somente na parte de linguagem e escrita, tendo maior facilidade em Matemática.”

Estas declarações leva a crer que, em geral, os professores assimilam facilmente a presença do aluno surdo, principalmente o que possui implante coclear, na sala; e apresentam satisfação diante dos resultados obtidos no processo de ensino-aprendizagem. De acordo com a professora, aparecem dificuldades de comunicação entre ela e o implantado:

“Somente quando a mensagem é geral, e depende do assunto, se ele não tiver conhecimento sobre o assunto discutido”.

No que se refere ao relacionamento entre os alunos, a professora diz ser dentro da normalidade, com afeto e cuidado, embora o aluno com implante coclear demonstra certo egoísmo na divisão e compartilhamento de materiais. Não obstante o aluno implantado:

“...é participativo, gosta de falar e fazer as atividades”.

No geral, o que se pode inferir da pesquisa é que o trabalho em sala de aula com o aluno implantado é diferente do que se faz necessário com o aluno surdo. Este tem necessidade de um intérprete em sala de aula. Embora não seja objeto deste estudo, vale lembrar que ainda são necessários estudos aprofundados sobre a questão da inclusão de alunos surdos em salas de ensino regular; pois, um modelo ainda que considerado inclusivo por seus participantes, pode não ser inclusivo para outras modalidades de deficiência. As reflexões fazem crer que a inclusão do aluno surdo no ensino regular ainda é muito restritiva, oferecendo oportunidades reduzidas

de desenvolvimento dos aspectos fundamentais para o desenvolvimento pleno da aprendizagem e da cidadania, pois o não compartilhamento de uma língua comum impede a participação efetiva do aluno surdo no processo de aprendizagem e de socialização em sala de aula; o que não ocorre com o implantado, já que este, de acordo com a pesquisa realizada, embora com certa restrição, ouve e fala com desenvoltura suficiente para entender e se fazer entendido pelo professor e pelos colegas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento das causas e das possíveis soluções para o problema da surdez é de suma importância, principalmente para os profissionais imbuídos da tarefa de ensinar e educar a criança com deficiência auditiva, mesmo a implantada. Também se faz necessário conhecer as leis que amparam os surdos, como forma de entender as reais condições do indivíduo surdo e utilizar essas informações como alicerces de uma prática pedagógica voltada para a verdadeira inclusão e a consequente participação dos deficientes auditivos na sociedade.

Por isso, Desse modo, este trabalho se propôs a observar e entender o processo de ensino e aprendizagem de uma criança com deficiência auditiva, embora com implante coclear; e, ao mesmo tempo, de conhecer métodos, técnicas e procedimentos adequados ao ensino de indivíduos deficientes auditivos. O objetivo principal é provocar no educador que trabalha com esses indivíduos uma reflexão em torno de sua prática pedagógica, visando a uma tomada de consciência sobre a realidade social do indivíduo portador de deficiência auditiva e de suas verdadeiras necessidades, enquanto cidadão que precisa de atendimento educacional especial e voltado para suas características e potencialidades específicas.

O processo de ensino e aprendizagem do indivíduo surdo precisa ser pensado de forma distinta do processo de ensino da escrita e da leitura assumido como ideal para pessoas ouvintes, embora a pessoa com implante coclear possa ser considerada ressaltando suas limitações, como um ouvinte em potencial. As pessoas adquirem a competência para o domínio da fala e da escrita partindo do

sentido que se tem do mundo e dos objetos que os cercam, e esse sentido é percebido pela interação com os outros e o ambiente, promovida pelo ato comunicativo estabelecido por intermédio da linguagem oral. Não podendo fazer uso da linguagem oral por consequência da deficiência auditiva, as pessoas surdas se veem prejudicadas no estabelecimento desse processo comunicativo inicial, que precisa e só tem condições de ser iniciado a partir do momento em que começa a aprender a língua de sinais. Por sua vez, o aluno com implante coclear pode vivenciar o mesmo processo de aprendizagem planejado para qualquer aluno ouvinte, embora com pequenas adaptações. Pois, embora seja considerado deficiente auditivo, o indivíduo implantado tem as mesmas condições e capacidade de adquirir habilidades e competências para aprender que o aluno ouvinte, já que ele, mesmo com algumas restrições, também pode ouvir e falar.

A pesquisa ora apresentada demonstra que o aluno com implante coclear, mesmo que ainda se caracterize como um deficiente auditivo, demonstra a mesma capacidade de aprendizagem do aluno ouvinte: embora apresente certa dificuldade de aprendizagem da linguagem oral e seja mais lento na absorção de determinadas informações, é perfeitamente capaz de desenvolver as mesmas atividades e construir conhecimentos tanto quanto o aluno ouvinte.

A presente pesquisa, não tendo o intuito de estudar o processo educativo do aluno surdo, mas apenas aquele com implante coclear, sugere a necessidade de novos estudos sobre o processo educativo e de ensino e aprendizagem daquele; por entender que, uma vez compreendido o processo de construção de conhecimentos e habilidades do indivíduo surdo, possa-se avaliar melhor os benefícios de um implante coclear.

Verifica-se a necessidade de todos os profissionais da escola de se qualificarem a fim de serem participantes ativos da inclusão das pessoas com necessidades especiais e oferecer uma educação de qualidade a todas as crianças da instituição.

REFERÊNCIAS

BIDERMAN, M. T. C. **Dicionário Ilustrado de Português**. São Paulo. 2004

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases**: Lei nº 9394/96. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Câmara dos Deputados. Brasília. 1988.

BOTELHO, P. **Segredos e silêncios na interpretação dos surdos**. Autêntica. Belo Horizonte - MG. 1998.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO SOBRE NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS. Brasília. CORDE. 1994.

GÓES, M. C. R. **Linguagem: surdez e educação**. Autores Associados. Campinas-SP. 1996.

KUPFER, M. C.; PETRI, R. **Por que ensinar a quem não aprende? Estilos de Clínica**. Revista sobre a Infância com Problemas. V. 9. P. 109-117. Instituto de Psicologia. São Paulo. USP. 2000.

LACERDA, C.B.F. **A inserção da criança surda em classe de crianças ouvintes: focalizando a organização do trabalho pedagógico**. In, REUNIÃO ANUAL DA AMPED, 23, 2000. Caxambu. 2000. Disponível em: [w.w.w.amped.org.br](http://www.amped.org.br).

LAPLANE, A. L. F. **Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar**. In. GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (org.) Políticas e práticas de educação inclusiva. Autores Associados. Campinas-SP. 2004.

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. Câmara dos Deputados. Brasília. 2004.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens**

Qualitativas. São Paulo. EPU, 1986.

MARCHESI, A. **Desenvolvimento e educação de Crianças Surdas.**São Paulo.2010.

MANTOAN, T. M. E. **Integração X Inclusão, educação de qualidade para todos.** Porto Alegre, Revista Pátio, a 5.p 48-51,1997.

_____. A inclusão escolar de deficientes mentais: contribuições para o debate. Revista Integração, p. 50-57. Brasília. MEC/SEESP. 1997.

QUADROS, R. M. de. **O Tradutor e Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Programa Nacional de Apoio á Educação de Surdos. MEC-SEESP. BRASÍLIA. 2004.

RIBEIRO, M. P. F. & SOUSA , V. P. de. Elaboração de trabalhos acadêmicos: monografias (TCC), dissertações, teses e memoriais. Juiz de Fora-MG, 2004. Disponível em <http://pt.scribd.com> – acesso em 15 de fevereiro de 2011.

ROMÃO, E.J, Referencial teórico que bicho é esse?. 2005.Disponível em WWW.uninove.br - acesso em 16 de março de 2011.

SLEIFER, P. & FERNADES, V. A. **Conhecimento dos fonoaudiólogos de Porto Alegre sobre a atuação fonoaudiológica no implante coclear. 2009.** Artigo publicado em Revista CEFAC. São Paulo: CEFAC Saúde e Educação, 2010. Disponível em www.scielo.com.br – acesso em 16 de março de 2011.

<http://www.abcdasaude.com.br> – acesso em 15 de março de 2011

www.implantecoclear.org.br – acesso em 15 de março de 2011

WWW.portal.mec.br acesso em 30 de março de 2011

APÊNDICE A



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA A MÃE DO ALUNO COM IMPLANTE COCLEAR

Qual a sua formação profissional?

Como foi a gestação da sua criança?

Teve pressão alta?

() sim () não

Seu parto foi tranquilo?

Qual foi o tipo de parto realizado?

() vaginal cefálico () cesáreo () outro. Qual? _____

Foi uma gravidez planejada?

Como você percebeu as necessidades de seu filho?

Como foi diagnosticada a Deficiência Auditiva em seu filho?

Você teve apoio familiar?

() sim () não () pouco

Já existia outro caso de surdez na família?

() sim () não

De quem? _____

Quais os exames realizados para comprovação da Deficiência auditiva?

Com qual idade ele começou a freqüentar uma escola?

Quando você recorreu ao Implante
Coclear? _____

Como foi a recuperação após a cirurgia?

Apresenta seqüelas após a cirurgia?
Quais? _____

Você se arrepende de ter autorizado a cirurgia do Implante Coclear em seu filho?

Quais os avanços que você percebe em seu filho após o Implante?

Hoje quantas pessoas moram na mesma casa que a criança implantada?

Você ver uma boa aceitação do seu filho na escola?

Ele demonstra interesse em ir à escola?

Ele compreende os assuntos estudados na escola?

Você percebe diferenciação nas atividades dele e dos demais colegas de turma?_

APÊNDICE B



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA O ALUNO COM IMPLANTE COCLEAR

Você gosta do implante coclear? _____

O que você mais gosta no implante? _____

Como as pessoas te tratam? _____

Você gosta de estudar () sim () não () as vezes

Por quê? _____

É bom estudar nesta escola? () sim () não () às vezes

O que você gosta de fazer quando está na escola? _____

Você tem amigos? _____

Você faz os mesmos deveres que seus colegas? _____

Como suas professoras te tratam? _____

Em que lugar na sala de aula você senta? _____

Você sente dores na cabeça?

() sim () não () às vezes

Sente tonteira?

() sim () não () às vezes

Sente alguma dor?

O que você mais gosta na escola? _____

O que você não gosta na escola? _____

APÊNDICE C



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



ROTERIO DE ENTREVISTA PARA A OBSERVAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO ESCOLAR

Número de alunos matriculados: _____

Número de alunos inclusivos: _____

Número de turnos que a escola atende: _____

Número de turmas no matutino: _____

Número de turmas no vespertino: _____

Número de turmas no noturno: _____

Número total de turmas: _____

Número de professores: _____

Número de funcionários administrativos: _____

Qual a modalidade de ensino que atende? _____

Tem laboratórios? _____

Biblioteca: _____

Sala de professores: _____

Quantidade total de salas da escola: _____

Tem sala de recurso: _____

Cantina: _____

Instalações sanitárias: _____

Instalações sanitárias adaptadas: _____

Quadra e pátio: _____

Rampa de acesso: _____

Ambiente adaptado aos alunos inclusivos: _____

RECURSOS AUDIOVISUAIS

TV ()

DVD ()

Caixa amplificadora ()

Parabólica ()

Datashow ()

Microfone ()

Retroprojeter ()

aparelho de som ()

Jogos diversos ()

Copiadora ()

Mapas ()

computador ()

Outros: _____

A proposta político pedagógica contempla a inclusão de pessoas com deficiência?_____

As profissionais da instituição fazem capacitação para lidar com a inclusão?_____

APÊNDICE D



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar



ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORA DO ESTUDANTE INCLUSIVO

Quantos alunos estão matriculados em sua turma? _____

Quantos são alunos com deficiências? _____

Quais são as patologias destes alunos? _____

O número de alunos de sua turma é
reduzido? _____

Como foi feita essa
organização? _____

A senhora já tinha contato com pessoas com deficiência
auditiva? _____

Professora você tem quantos alunos com deficiência auditiva?_____

Já conhecia o processo de implante coclear?_____

Como foi receber em sua sala de aula um aluno implantado?_____

Professora você prioriza unidades de conteúdos para o aluno com implante coclear?__

Para o aluno com implante existe objetivos distintos dos demais alunos?_____

Há eliminação de conteúdos para o aluno com implante? _____

Há adaptação das técnicas utilizada com o aluno com implante coclear? _____

Você introduz atividades alternativas para que consiga atingir os objetivos? _____

Existe modificação da temporalidade? _____

Há modificação do nível de complexidade das atividades? _____

Faz adaptação de materiais escrito de uso comum para facilitar sua leitura pelo aluno com implante coclear? _____

O aluno participa dos trabalhos coletivos? _____

Como é feito o agrupamento em sala?

Como é o mobiliário da sala?

Existe eliminação de conteúdo?

Tem um método mais acessível para o aluno com implante coclear?

Há atividades complementares para o aluno com implante?

Tem trabalho diversificado?

Há defasagem curricular entre o implantado e os demais alunos?

Existe dificuldade de comunicação entre professor e aluno?

Existe dificuldade de comunicação entre o aluno e os demais alunos? _____

A relação entre ele e os colegas é marcada de momentos agradáveis? _____

Você precisa falar olhando para o aluno ou gesticulando a boca para que ocorra a compreensão pelo aluno? _____

Onde o aluno costuma sentar? _____

Como é a participação do aluno em sala? _____

_____ como é o seu desenvolvimento em sala de aula? _____

Possui bom relacionamento com os demais alunos? _____

Compreende o conteúdo ministrado? _____

Você utiliza materiais que potencialize sua fala para favorecer a compreensão do aluno? _____

Há uma preocupação com a sonorização do ambiente escolar? _____

Quais as matérias que ele possui maior facilidade? _____

Como é o acompanhamento a família com este aluno? _____

O aluno é bem aceito pelos colegas de sala? _____

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento –
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar



UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhores Professores,

Sou orientanda do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil- Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre “A inclusão de uma criança com cinco anos de implante coclear”. Este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades, com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores neste contexto de ensino.

Constam da pesquisa questionários, observações do ambiente escolar , roteiros de entrevista, análise documental. Para isso, solicito sua autorização para participação no estudo.

Esclareço que esta participação é voluntária. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar, sem que isto lhe acarrete qualquer prejuízo. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone (61) 3637-4756. ou no endereço eletrônico belzinha.medeiros@gmail.com Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente,

Izabel dos Santos Medeiros UAB – UnB

Concorda em participar do estudo? () Sim () Não

Nome:

Assinatura:

E-mail (opcional): _____



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento –
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e
Saúde PG-PDS

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar



A(o) Diretor(a)

Escola

De: Profa. Dra. Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar

Assunto: **Coleta de Dados para Monografia**

Senhor (a), Diretor (a),

A Universidade Aberta do Brasil - Universidade de Brasília está em processo de realização da 1ª oferta do curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do qual seis dentre as 20 turmas ofertadas são de professores e educadores da rede pública do DF (polos UAB-UnB de Santa Maria e Ceilandia), além de alunos inscritos em outros pólos, mas que atuam nesta rede. Finalizamos agora a 1ª fase do curso e estamos iniciando a Orientação de Monografia.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com colegas, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desses trabalhos tem como objetivo a formação continuada dos professores/servidores da rede pública, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

O trabalho será realizado pelo Professor/cursista Izabel dos Santos Medeiros sob orientação Prof. Dr. Fatima Ali Abdalah Abdel Cader Nascimento, cujo tema é: “A INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM CINCO ANOS DE IMPLANTE COCLEAR”, possa ser desenvolvido na escola sob sua direção.

Desde já agradeço, colocando-me a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos nos telefones. (061) 3107.6831 falar com Rose ou 3307.3767 falar com Diva ou Luciana ou 8137.5893 falar com orientadora Fatima Cader Nascimento.

Atenciosamente,

Diva Albuquerque Maciel

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano,
Educação e Inclusão Escolar